

A vinda da **FAMÍLIA REAL PORTUGUESA PARA O BRASIL** *e suas consequências*

Jaime Florencio de Assis Filho*



A ideia de transferência da família real portuguesa para o Brasil difundida nos livros de História nos leva a crer que foi obra do Príncipe Regente (P.R.) D. João, mas não foi. Desde a época da União Ibérica, em 1580, quando tropas espanholas avançaram para ocupar Portugal, seu soberano – D. Antônio I – já havia sido alertado para planejar e buscar refúgio além-mar. Em ocasiões semelhantes, quando a ameaça ao território lusitano se fazia sentir, a mudança da sede da monarquia voltava à tona.

Mas, durante a era vitoriosa de Napoleão Bonaparte, o antigo planejamento brotou do papel para a execução. Acuado de um lado por uma

invasão do exército francês e, por outro, de sujeitar-se a ver suas colônias ultramarinas ocupadas pela Inglaterra, caso não honrasse acordos pretéritos, o P.R. tinha que tomar uma decisão.

A França, durante as invasões napoleônicas no território europeu, não foi capaz de conquistar as terras insulares do outro lado do Canal da Mancha, por isso decretou, em novembro de 1806, o bloqueio continental, que proibia as nações europeias de comercializar com a Inglaterra, aliada de longa data de Portugal e grande consumidora dos produtos oriundos do Brasil.

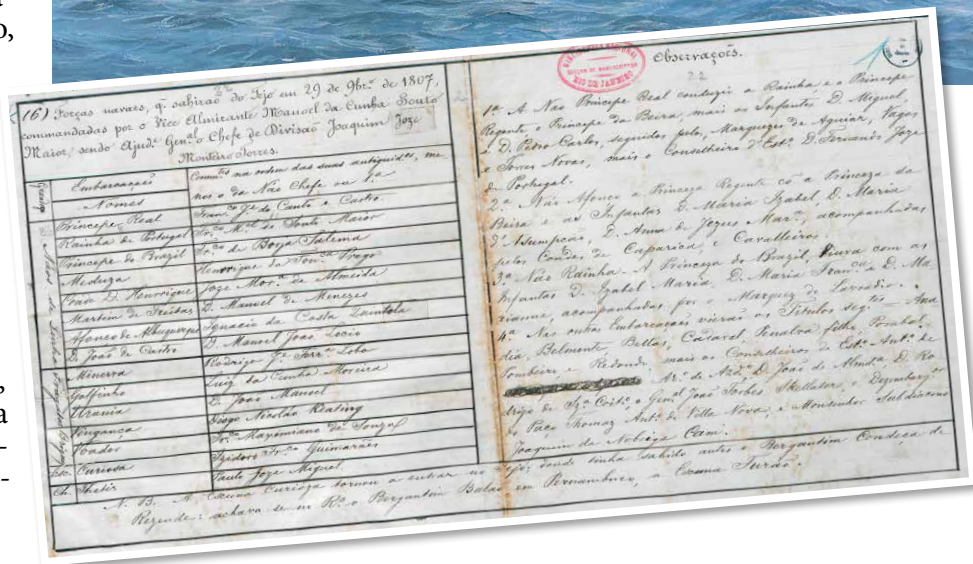
D. João, no entanto, há tempos fazia jogo duplo, simulando uma postura de neutralidade e, de certa forma, ganhando tempo e ludibrian-

Em 1807, a Nau "Príncipe Real" parte para o Brasil como capitânia da esquadra que transporta a Corte portuguesa.
Wikimedia Commons



do Napoleão, ao disfarçar uma posição de hostilidade contra a Inglaterra até quando o tempo lhe permitisse, graças às dificuldades, na ocasião, das comunicações Lisboa-Paris. Com a iminente aproximação do exército francês da sua fronteira, as Cortes portuguesas o forçaram a decidir e não lhe restou outra opção senão unir-se à Inglaterra e fugir com a sua família para o Brasil, escoltado pela Armada Real britânica, já posicionada ao largo da foz do rio Tejo, pronta para ocupar Portugal ou escoltar a esquadra lusitana ao Brasil, conforme fosse a decisão do P.R.. Com as tropas do General Junot cruzando a fronteira luso-espanhola, decidiu pela Inglaterra.

Neste artigo descreveremos alguns fatos históricos ocorridos por ocasião da transferência da família real para o Brasil, as consequentes mudanças na então colônia e sua importância para o processo de Independência do Brasil.



O EMBARQUE

O dia 29 de novembro de 1807 consta na história de Portugal como aquele em que o país foi abandonado e deixado sob a responsabilidade de um Conselho de Regência, criado pelo P.R. três dias antes da sua partida, logo substituído pela administração francesa. O povo ficou acéfalo, sem orientação, uma vez que o rei era o decisor dos seus destinos. A Rainha D. Maria I, afastada do cargo que fora por problemas mentais, embarcou junto da sua Corte, tendo como destino o Rio de Janeiro, a capital da sua maior colônia – o Brasil.

O maior óbice foi o curto tempo disponível para o embarque, iniciado quatro dias antes da partida, ocasionando tumultos e desorganização no deslocamento das centenas de carroças carregadas de pertences da Corte para o porto de Lisboa, sob a sombra da aproximação dos

Relação das naus e seus comandantes que partiram com a família real portuguesa e sua corte na viagem para o Brasil, em 1807

Fonte: BN Digital

franceses. A família real carregou tudo o que tinha. D. João limpou os cofres, levando, pelo menos, um quinto de todo o meio circulante.

A correria foi tanta que até as pratarias das igrejas e parte da biblioteca real foi esquecida no cais⁽¹⁾. Estima-se entre doze e quinze mil pessoas embarcadas nos cerca de quinze navios da esquadra e trinta mercantes portugueses empregados. Seria possível em tão escassos navios embarcar tanta gente? Não há registros fidedignos, mas avalia-se que, em alguns navios, embarcaram mais de mil pessoas.

A TRAVESSIA

Quando as tropas francesas adentraram Lisboa, ainda era possível ver no horizonte alguns navios se afastando. No primeiro dia, durante uma reunião dos ingleses com D. João, ficou acertado que, em caso de tempestades e afastamento visual entre os navios, dever-se-ia concentrá-los na Ilha de Santiago, no arquipélago de Cabo Verde. A bonança dos momentos iniciais transformou-se, em várias ocasiões, em tempestades, assustando os passageiros e causando destruição nos desgastados navios da esquadra régia, impondo a um deles o retorno a Lisboa.

É impossível elencar todas as agruras sofridas pelo pessoal embarcado. Muitos viajaram nos tombadilhos e nas cobertas abaixo não havia conforto algum. Água e alimentos eram insuficientes, a falta de vitamina C acometeu o pessoal com escorbuto, não se trocavam as vestimentas, entre tantos outros problemas de higiene.

As tempestades afastavam os navios e deixavam os marinheiros de primeira viagem nauseados. Depois de vários dias, reuniram-se em Cabo Verde, para os reparos necessários e abastecimento. Continuando a viagem, alguns navios arribaram na Paraíba e em Pernambuco e outros seguiram direto para o Rio de Janeiro. D. João, em Cabo Verde, decidira alterar a rota e atracar primeiro em Salvador, primeira capital da colônia, chegando em 22 de janeiro de 1808, após 54 dias de viagem.

O PRIMEIRO DESEMBARQUE

Chegando em Salvador, somente o governador da província foi saudar o P.R., que desembarcou no dia seguinte com sua Corte, sendo recebidos com festas e muita alegria. Era o primeiro soberano a ausentar-se da sua sede para visitar uma colônia.

Ao pisar em solo brasileiro, o P.R. deu início a várias e significativas mudanças no Brasil. Seria o passo inicial para a sua independência? Tudo leva a crer que sim. Cumprindo acordos com a Inglaterra, em 28 de janeiro de 1808, D. João instituiu, por Carta Régia, a Abertura dos Portos às Nações Amigas, decretando o fim do monopólio de comércio português com a sua maior colônia, favorecendo grandemente os ingleses que, doravante, não dependeriam mais da intermediação de Portugal. Além disso, criou a primeira Faculdade de Medicina do Brasil e revogou o decreto que proibia o estabelecimento de indústrias na colônia. Ao final de fevereiro, a família real deixou Salvador em direção ao Rio de Janeiro.

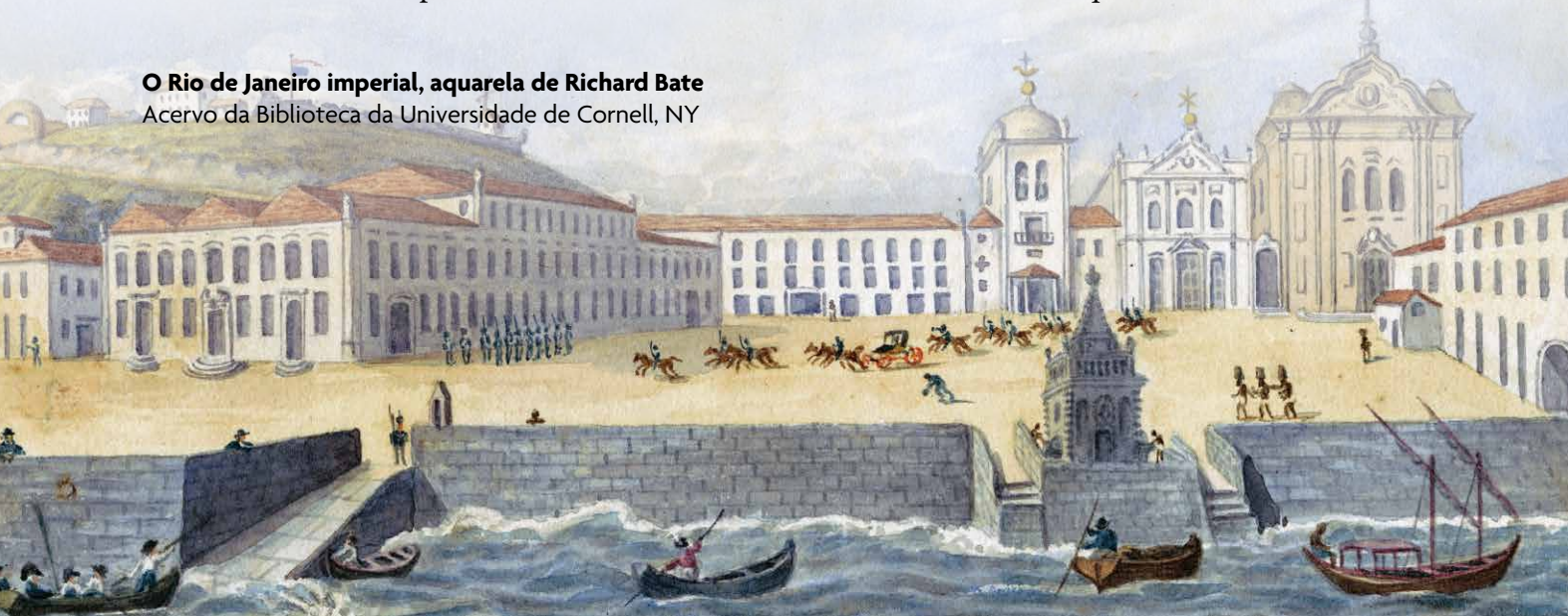
O SEGUNDO DESEMBARQUE

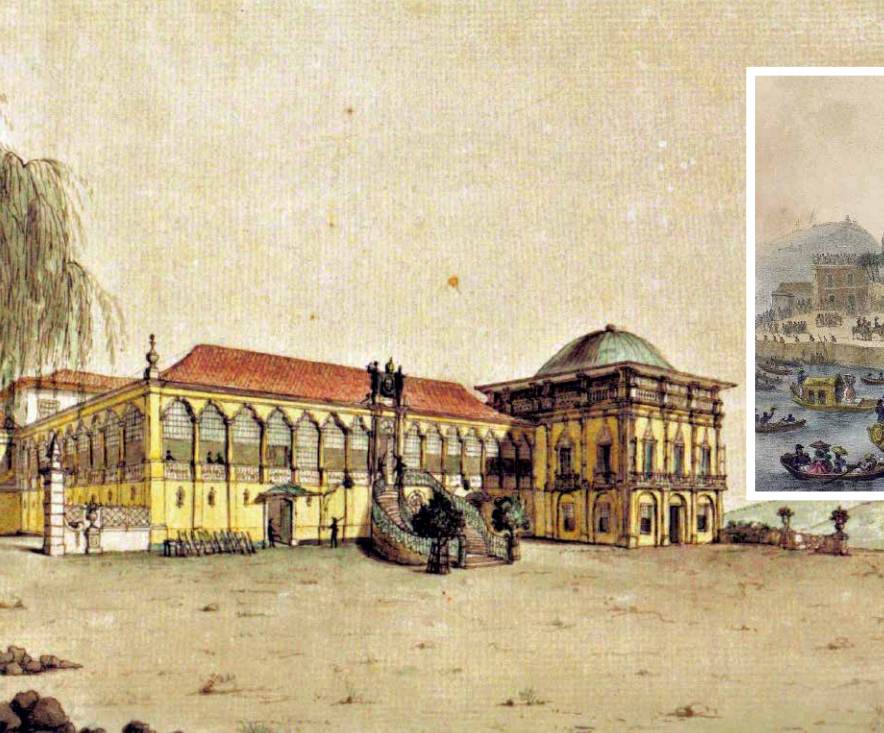
Em 7 de março de 1808 as últimas belonaves da frota portuguesa e a Nau britânica "Bedford" chegaram ao Rio de Janeiro, mas só houve desembarque no dia seguinte, marco do início de uma transformação da capital, que abrigava cerca de sessenta mil habitantes. No primeiro dia, o Vice-Rei e o arcebispo local estiveram a bordo. No dia seguinte, D. João e a nobreza, após os atos formais de recepção ao tocar o solo da cidade, foram para a Igreja do Rosário, a Matriz, onde realizou-se o "Te Deum"⁽²⁾, e, a seguir, para o Palácio dos Vice-Reis, o Paço Imperial (na atual Praça XV de Novembro), onde passaram a residir, inicialmente. O povo festejou por quinze dias a chegada da rainha.

Junto à família real, desembarcaram os primeiros integrantes da Brigada Real da Marinha, que deu origem ao Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil. Embarcados na Nau "Conde D. Henrique" estavam os integrantes da Academia Real de Guardas-Marinha Portuguesa, embrião da Escola Naval do Brasil, que, ao desembarcar, fi-

O Rio de Janeiro imperial, aquarela de Richard Bate

Acervo da Biblioteca da Universidade de Cornell, NY





O Palácio de São Cristóvão (Quinta da Boa Vista), durante o reinado de D. João, e o desembarque da Princesa Leopoldina, no Rio de Janeiro, retratados por Jean-Baptiste Debret, um dos mais renomados integrantes da Missão Artística Francesa

cou instalada no Mosteiro de São Bento, onde permaneceu até 1832. Ela é considerada o mais antigo estabelecimento de ensino superior do Brasil.

O INÍCIO DA ADMINISTRAÇÃO DE D. JOÃO

O Rio de Janeiro, com todo o seu esplendor para quem chega pelo mar, era uma cidade suja, com ruas e vielas estreitas, sem conservação e com esgoto a céu aberto, os dejetos eram jogados nas ruas ou transportados em baldes por escravos para serem despejados no mar. A Corte sentiu muito essa transformação no seu modo de vida. No entanto, como sede do reino, deu-se início a mudanças gradativas em diversos setores, como o econômico, social, cultural, diplomático, política externa etc.

D. João ordenou a realização de obras de melhorias na cidade. Em 13 de junho fundou o Jardim Botânico, onde foi instalada a Casa da Pólvora, e, em 12 de outubro, criou a primeira instituição financeira da colônia – o Banco do Brasil. As siderúrgicas e manufaturas prosperaram e várias estradas foram construídas, ligando as províncias. O primeiro jornal publicado no Brasil – a *Gazeta do Rio de Janeiro* – iniciou sua circulação em 10 de setembro de 1808, imprimindo seus periódicos nas máquinas inglesas trazidas pela família real. Todavia, só publicava notícias que enaltescessem o governo instituído. As contradições ao regime ficaram a cargo do *Correio Braziliense*, lançado e impresso em Londres três meses antes da *Gazeta*.

Ao final do ano, D. João, que em maio havia

decretado guerra à França, deu início a uma política expansionista, sendo uma delas, como forma de retaliação ou não⁽³⁾, a invasão da Guiana Francesa, com uma tropa de quinhentos militares, que, em 1809, conquistou e ocupou a capital Caiena, situação essa revertida somente em 1816, após as tratativas do Congresso de Viena. Em 1811, autorizou a invasão da Cisplatina, cujo desfecho dar-se-ia dez anos depois, com a anexação daquela província, perdida em 1828, já no período imperial de D. Pedro I.

A fim de implantar no Rio de Janeiro a essência cultural lisboeta, incentivou as artes, em todos os seus aspectos: música, pintura, teatro, escultura e tantas outras. Para isso, contratou-se, em Paris, a Missão Artística Francesa, cujo membro mais famoso foi Jean Baptiste Debret, que viveu no Brasil por quinze anos e retratou, nas suas pinturas, momentos importantes da passagem da família real, da vida cotidiana da cidade e de seus *landscapes*.

D. João e seus filhos Pedro de Alcântara e Miguel Maria foram morar na Quinta da Boa Vista, enquanto algumas de suas irmãs viviam com a mãe Carlota Joaquina na Chácara, em Botafogo. Pedro, durante sua infância, apesar de dispor de professores em várias matérias, não teve uma criação e nem estudos suficientes que o habilitariam, em condições ideais, a tornar-se rei, até porque seu pai não lhe permitia aproximação do centro do poder. Dessa forma, estudava, mas vivia à sua maneira, cavalgando, estudando música, namorando e frequentando lugares não muito condizentes para um príncipe. As consequências viriam mais tarde já como Imperador.

O BRASIL DEIXA DE SER COLÔNIA

Com a derrocada de Napoleão em Waterloo, em junho de 1815, e em razão das resoluções do Congresso de Viena, o mapa da Europa retornaria ao *status quo* de antes das conquistas francesas. Para Portugal ter voz ativa nesse Congresso, foi necessário D. João estabelecer, a 16 de dezembro de 1815, o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. A sede oficial do Reino passou a ser o Rio de Janeiro.

No ano seguinte, em 20 de março, a rainha D. Maria I veio a falecer e o P.R., embora agindo como tal, só foi aclamado rei em 6 de fevereiro de 1818, quando adotou o título de João VI, dando continuidade à dinastia dos Bragança. Pedro de Alcântara passou a ser o seu natural sucessor, sob o título de Príncipe da Beira⁽⁴⁾.

Momentos antes, porém, as insatisfações dos portugueses aqui no Brasil com as atitudes de D. João, concedendo privilégios aos governadores das províncias, aumentando-lhes poderes, fornecendo vantagens a comerciantes e permitindo a censura à imprensa dissidente, geraram distúrbios e descontentamentos em Portugal, cujos súditos, a todo custo, reivindicavam: o retorno do rei à sua terra natal; a volta do Brasil à condição de colônia (restauração do Pacto Colonial⁽⁵⁾); e o reestabelecimento do poder em Lisboa. O descontentamento era geral, tanto que em 1817 eclodiria em Recife a Revolução Pernambucana, de cunho separatista republicano, ameaçando a tranquilidade das províncias vizinhas e no Rio de Janeiro. A revolta foi abafada e o poder central recuperou o controle local.

D. João VI preocupou-se, também, em garantir a manutenção da dinastia, situação que resolver-se-ia com o casamento do Príncipe D. Pedro, o que demandava a procura de uma princesa que aceitasse as severas condições de ausentar-se das Cortes europeias e cruzar o oceano para viver em uma colônia portuguesa. Pedro José Joaquim, o 6º Marquês de Marialva, depois de muitas negociações, conseguiu uma noiva para o herdeiro do rei, a Arquiduquesa do Império Austro-húngaro Carolina Josefa Leopoldina de Habsburgo. O casamento, por procuração, foi realizado em Viena, em 13 de maio de 1817. Leopoldina chegou ao Brasil em 5 de novembro, sendo recebida com pompas e circunstâncias, casando-se no dia seguinte na Capela Real.

Leopoldina era bastante querida e admirada pelo povo brasileiro. Teve uma formação política consistente e participou ativamente do Con-

gresso de Viena, quando conheceu personagens importantes, que decidiram o destino da Europa. Sabia lidar com situações para as quais seu marido não tinha nenhum traquejo e demonstrava tino e sabedoria para lidar com as artimanhas da Corte portuguesa.

Com a eclosão da revolução do Porto de 1820 e a conseqüente exigência do retorno de D. João VI a Portugal, a essa altura sob uma monarquia constitucional, com limitados poderes ao rei, ficou no Brasil, como Príncipe Regente, seu filho Pedro, obediente, no início, aos mandos e desmandos das Cortes portuguesas, que exigiram, também, a sua volta, o que contribuiria, sobremaneira, para o retorno do Brasil à condição de colônia. Sabiamente, Leopoldina, criada para ser uma rainha, em gestação de mais um filho, não aceitou retornar com o marido para Portugal nessas condições, antevendo, se assim o fizesse, um futuro negro para o Brasil.

Depois do retorno de D. João VI, as Cortes em Lisboa insistiram nas tentativas de recolonizar o Brasil anulando os decretos aqui emitidos pelo rei. Ante as arbitrariedades daquela Corte, as províncias, principalmente as de São Paulo e Minas Gerais, organizaram-se e alertaram D. Pedro sobre o perigo que assolava o Brasil. O resultado aos insistentes apelos, que sensibilizaram o Príncipe Regente, resultou no seu famoso discurso, de 9 de janeiro de 1822, na sala do trono, onde esteve presente José Clemente Pereira, presidente do Senado da Câmara, responsável que fora pelo pedido de sua permanência no Brasil, falando

Dom João VI, Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, e seu filho, D. Pedro I, retratados por Paul Tassaert e Benedito Calixto, respectivamente.





Obra de Georgina de Albuquerque que ilustra o conturbado episódio em que Maria Leopoldina presidiu uma reunião do Conselho de Estado que resultou na assinatura do decreto da Independência

em nome dos fluminenses, mineiros e paulistas. Essa data ficou conhecida como o “Dia do Fico”. Daí em diante, as constantes intromissões das Cortes portuguesas no destino do Brasil resultaram no famoso “Grito do Ipiranga”, quando D. Pedro, no curso de uma viagem a São Paulo, logo após receber uma carta encaminhada por Leopoldina, contendo o relato das imposições da Corte em Lisboa, proclamou, às margens do Ipiranga, a Independência do Brasil.

Muito se deve a Leopoldina a nossa independência, pois, nas ausências de Pedro, conduzia com sabedoria e destreza as reuniões do Conselho de Ministros, liderado por aquele que se tornou o seu grande aliado – José Bonifácio de Andrada e Silva, o futuro Patriarca da Independência. O reconhecimento da independência por Portugal só foi obtido em 1825, muito mais por pressão da Inglaterra do que por vontade dos governantes portugueses. Contudo, a liberdade já havia raiado no horizonte do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, não somente os fatos citados anteriormente mas também outros aqui não elencados permitiram, de maneira nem sempre amistosa, a separação do Brasil de Portugal. Após o “Grito do Ipiranga”, muito houve de ser empreendido de modo a cortar, definitivamente, os laços com a Coroa lusitana, a começar pela busca da unidade nacional, obtida pelo uso da força e com o concurso fundamental da

recém-criada Marinha Imperial Nacional, da qual fizeram parte oficiais estrangeiros.

Finalizando, podemos atribuir a Napoleão Bonaparte, de forma indireta, uma contribuição para o início do processo de nossa Independência, pois forçou a Rainha Maria I e sua Corte a instalar-se no Brasil, mudando, consideravelmente, o *status quo* da sua maior colônia de além-mar. Seguem-se a abertura dos portos às nações amigas, a liberação das indústrias e manufaturas, o ensino da medicina, o início da imprensa, o Congresso de Viena, a mudança nos hábitos culturais com a vinda da Missão Francesa e, não menos importante, na concepção deste autor, o casamento de D. Pedro com a Arquiduquesa Leopoldina, arquiteta maior do nosso grito de liberdade. ■

NOTAS

- (1) Esse acervo foi direcionado para o Rio de Janeiro, em 1811, e passou a fazer parte da Biblioteca criada pelo P.R.
- (2) Cântico de ação de graças da Igreja cristã que principia pelas palavras “Te Deum Laudamus”
- (3) Na época existia uma disputa territorial entre Portugal e França a respeito da área do Amapá.
- (4) Título conferido, desde 1645, para o filho mais velho do monarca, sendo ou não herdeiro presuntivo da Coroa de Portugal. Em 1734, o título passou a ser concedido a ambos os sexos. A mulher perdia o título ao ganhar um irmão varão.
- (5) Exclusividade do comércio externo da colônia em favor da metrópole dos colonizadores.

REFERÊNCIAS

- ARMITAGE, João. História do Brasil. Edições Melhoramentos, 6ª Edição, 1977.
- GOMES, Laurentino. 1808 - Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil. Editora Planeta do Brasil, 2007.
- MARTINS, Helio Leôncio. Os ingleses na Marinha da Independência - Revista Marítima Brasileira V. 137 Suplemento - 2017.
- PEDREIRA, Jorge e COSTA, Fernando Soares. D. João VI, um príncipe entre dois continentes. Companhia das Letras, 2008.
- REZUTTI, Paulo. D. Leopoldina: a história não contada. Editora Casa dos Mundos, 2017.

* Capitão de Mar e Guerra (Refº-FN)